

# O Inverno do Ocidente cristão?

Se o Ocidente está periclitante, o problema – e a solução, se existir – está na sua alma: no seu sistema de valores, cultura e convicções últimas.

*This time however the barbarians are not waiting beyond the frontiers; they have already been governing us for quite some time. And it is our lack of consciousness of this that constitutes part of our predicament. We are waiting not for a Godot, but for another—doubtless very different—St. Benedict.*

Alasdair MacIntyre (After Virtue)

**N**o famoso final de *After Virtue*, MacIntyre, evoca a iminência de uma nova Idade das Trevas, rumo à qual a civilização ocidental já teria ultrapassado o «ponto de viragem». Nessa mesma página, MacIntyre reconhece os riscos de estabelecer paralelismos precipitados, anacrónicos e simplistas entre a nossa situação actual e o fim do império romano, embora não descarte uma certa analogia. Sabe-se que a historiografia recente problematiza quer a suposta escuridão da Idade das Trevas, quer a própria ideia de “queda” do império romano; e discute recorrentemente se esse colapso se deveu fundamentalmente a causas externas, ou a factores internos, ou ao carácter e biografia das principais *dramatis personae* dessa história.<sup>1</sup> Para além disso, levantam-se as dificuldades próprias de precisar o significado de conceitos como “cultura”, “civilização” ou “império”; de definir em que consiste especificamente a “civilização ocidental”, atendendo às suas contradições e metamorfoses, no espaço e no tempo; de fixar um padrão que permita avaliar a sua *performance* relativa; e de julgar o que ela terá de bom e de mau. Contudo, não há dúvidas sobre a sensação de crise ou desgaste daquilo que se convencionou chamar a “civilização ocidental” e da cultura política democrática liberal a ela associada.<sup>2</sup> Em concreto, recentemente, o “Apelo de Praga”



POR  
**Pedro Ferro**

Professor da AESE e  
Professor convidado  
IEP-UCP

salientou «o recuo geopolítico do Ocidente, a ressurgência de forças políticas autoritárias, a erosão dos valores democráticos e a perda de eficácia das instituições democráticas», a violência terrorista promovida pelo fundamentalismo islâmico, bem como os desafios crescentes provenientes não só «dos apologistas do iliberalismo e xenofobia, como também dos intelectuais relativistas que negam que qualquer forma de governo pode ser defendida como superior a qualquer outra».<sup>3</sup>

O “Apelo de Praga” rejeita a mania de decretar o “fim do Ocidente”. Ora, há já cerca de um século, Oswald Spengler profetizou esse mesmo fim, precisamente sob o título *O Declínio do Ocidente*. Aí, de acordo com a sua visão biologista da história, Spengler sustenta que existe uma espécie de lei natural no ciclo da vida das grandes culturas históricas: elas nasceriam, desenvolver-se-iam, atingiriam o seu esplendor, definhariam e morreriam, como qualquer organismo. Segundo Spengler, a «civilização fáustica» – a nossa civilização – iria sucumbir inexoravelmente, apesar de todos os exorcismos, e já estaria aliás no seu

crepúsculo, no seu «Inverno». Em contraste, há cerca de vinte e cinco anos, Fukuyama sugeriu o “fim da história” num sentido muito diferente. Nos seus termos, de inspiração hegeliana, o advento da democracia liberal de tipo ocidental seria o ponto terminal da evolução sociocultural da humanidade. Ambas as teses padecem de um certo determinismo, não satisfatório. Pode ser prematuro redigir já o epitáfio do Ocidente: essa morte não é inevitável. Mas também não se pode excluir. Donald Trump, no seu surpreendente discurso de Varsóvia, dizia que «the West will never, ever be broken». Porquê? Afinal, «a história é um cemitério de civilizações defuntas».<sup>4</sup> Esse fim pode mesmo acontecer. Em meados do século passado, Arnold Toynbee afirmava que «das vinte e oito culturas identificadas... dezoito já morreram e nove das restantes dez – i.e., todas menos a nossa – já aparentam estar feridas de morte».<sup>5</sup> Será que ainda podemos, com segurança, dizer o mesmo? Não haverá sintomas graves de vulnerabilidade, decrepitude ou paralisia na nossa civilização?

Como se sabe, a questão da decadência de nações, impérios e civilizações foi amplamente estudada,<sup>6</sup> é certamente complexa e multidimensional, e exige perspectiva e distância (que, no caso vertente, não existe). Neste ensaio, gostaria apenas de ventilar a hipótese de que, mais do que os “inimigos de fora” – mais do que a ameaça islamita, mais do que o despotismo e nacionalismo asiáticos, mais do que as hordas de famintos vindos do Sul –, são os “inimigos de dentro” que devemos mais decididamente enfrentar. Por outras palavras, aquilo que merece sobretudo a nossa atenção são os focos de corrupção interna. Neste âmbito, as explicações institucionalistas para o sucesso (ou fracasso) das nações foram justamente valorizadas nas últimas décadas, em grande parte por inspiração dos trabalhos de Douglass North. Em *The Great Degeneration*, por exemplo, Niall Ferguson contempla quatro «caixas» de instituições que justificariam a proeminência da civilização Ocidental, e cuja erosão estaria a provocar a sua falência: a democracia, o capitalismo, o Estado de Direito, e a sociedade civil.<sup>7</sup> Contudo, julgo que o fulcro da questão está mais fundo e é mais radical: reside nas mundividências e práticas dominantes que conformam o estilo de vida das sociedades e animam, precisamente, as instituições. Se o Ocidente está periclitante (e se as suas instituições estão enfraquecidas ou escleróticas), o problema – e a solução, se existir – está na sua alma: no seu sistema de valores, cultura e convicções últimas.

### A FORÇA DO OCIDENTE

O “Apelo de Praga” convida a uma «renovação moral, política e intelectual da democracia», com base em princípios «que têm as suas raízes na dignidade da pessoa humana e na convicção de que a democracia liberal é o sistema político que *melhor* pode salvaguardar esta dignidade e *melhor* pode permitir que ela floresça». <sup>8</sup> Karl Popper estaria de acordo. E, ao explicar por que razão considerava que a nossa sociedade aberta – o «nosso mundo livre» – é «a melhor», Popper remetia para os «modelos e valores que recebemos, por intermédio do Cristianismo, da Grécia e da Terra Santa – de Sócrates e do Antigo e Novo Testamento». <sup>9</sup>

Esses modelos e valores seriam os *me-lhores*, não por serem ocidentais, não por serem os nossos, mas por serem intrinsecamente valiosos e universalmente válidos: «em nenhum outro lugar foram os homens mais respeitados, enquanto homens, do que na nossa sociedade». <sup>10</sup> Esta era, em palavras do próprio, «a visão de um optimista» (e, de facto, é optimista). Mesmo assim, a ciência experimental moderna, a economia de mercado, a regência da lei, a liberdade política, a repartição de poderes, a protecção dos mais desfavorecidos, o governo fundado no consentimento, a liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado, a centralidade da razão na procura da verdade, a afirmação do igual valor e dignidade da pessoa humana, etc. parecem ser justos e benéficos para todos, razoavelmente desejados – e racionalmente defensáveis – em todas as sociedades, reclamando portanto valor e significado universais.

Max Weber – na introdução de *A Ética*

*Protestante e o Espírito do Capitalismo*, – sugere que essa aspiração de universalidade é específica unicamente da civilização Ocidental. <sup>11</sup> Se for assim, quais serão as circunstâncias e razões que explicam esse cunho e ambição universalistas? Sem dúvida, a Lei e os Profetas hebraicos, a filosofia helénica e o estoicismo foram importantes. Do mesmo modo, foi muitas vezes salientado o papel do cristianismo (que é, ele mesmo, universalista), no contexto da sua contribuição para a história do Ocidente: contribuição «directa ou indirecta, causal ou concomitante, determinante ou auxiliar, favorável ou crítica», <sup>13</sup> mas sempre relevante. Segundo Leo Strauss, «a civilização ocidental tem duas raízes: a Bíblia e a filosofia Grega». A tensão entre as duas seria o coração, o nervo da história e o segredo da vitalidade dessa civilização. E, de modo mais abrangente, o Ocidente foi também visto como espaço de encontro – e confronto – entre Atenas, Jerusalém e Roma. Mas talvez se possa afirmar que só no cristianismo a cisão essencial entre os nossos e os outros (gentios, bárbaros, ...) se superou, porque aí já «não há judeu nem grego, escravo ou livre, homem ou mulher» (Gal 3, 28).

Julgo ocioso enunciar os méritos dessa civilização. Apesar dos seus fracassos e crimes, ela foi lugar de uma singular aventura histórica de «liberdade e comunhão», na expressão de Pierre Manent, <sup>14</sup> Sem deixar de ser ela própria – marcada pela matriz greco-latina, pela herança judaico-cristã, pelo humanismo renascentista, pelo iluminismo, etc. –, não deixou também de cultivar uma abertura receptiva às outras culturas e uma recorrente inquietação

intelectual e moral. E foi aliás no seu seio que surgiram manifestações de multiculturalismo, de autocrítica e de “pedido de perdão”. Apesar de todos os equívocos e anacronismos, essa atitude de humildade e contrição é bem-vinda. Todavia, o que importa sublinhar, agora, é que ela aconteceu no Ocidente e é insólita noutras paragens culturais (que não terão menos razões para entoar mea culpa).

### A FRAQUEZA DO OCIDENTE

Hoje em dia, a visão sobre o Ocidente que acabei de esboçar está – também ela – em crise. Samuel Huntington resumiu a posição contrária – e actualmente em voga – afirmando que «a crença Ocidental na universalidade da cultura Ocidental padece de três problemas: é falsa; é imoral; e é perigosa». <sup>15</sup> É óbvio que muitos dos rasgos civilizacionais são idiossincráticos e peculiares, sem deixar de ser estimáveis, nobres e bons: na sua variedade e contraste, eles reflectem o vasto e multiforme mundo da condição humana, cuja riqueza e polifonia não é capturável nem vivenciável por nenhuma só grande cultura, seja ela qual for. Suponho, contudo, que não é esse o ponto de Huntington. Antes, o seu veredicto expressa sobretudo a convicção de que não há valores absolutos e universais. Ou, por outras palavras, que todos os valores são relativos e convencionais. E, por conseguinte, que não é possível aceder aos bens e fins humanos fundamentais: seja porque eles não existem, seja por não serem racionalmente cognoscíveis, seja porque a natureza humana não é, por si própria, portadora de valor ou sentido, senão por aquele que a autonomia de qualquer pessoa, grupo ou civilização lhe confira.

Sabemos os antecedentes e componentes desta história: as “vagas da modernidade” de Strauss, os “ácidos da modernidade” de Lippmann, a modernidade líquida de Bauman, a rejeição da metafísica, o historicismo, a “distinção entre factos e valores”, etc. Conhecemos também as suas consequências post-modernas. Os valores não correspondem já a algo intrinsecamente e objectivamente valioso, acessível à razão, ao “pensiero debole”. No limite, já não haveria bem ou mal, virtude ou vício; haveria apenas valores: crenças, opiniões, atitudes, sentimentos, preferências, convenções, seja o que for que, em qualquer tempo, por qualquer razão, alguém assim valorize arbitrariamente. Os novos valores são simplesmente pretensões que se autenticam e validam por si mesmas, dispensando confronto com qualquer padrão exterior ao próprio eu, pessoal ou colectivo.

Seria precipitado e injusto inferir desta história um juízo negativo, por grosso, da



modernidade, a crédito da qual podemos registrar a valorização da individualidade, da liberdade e da igualdade, pela qual devemos estar gratos (mesmo conscientes do que se perdeu pelo caminho). E o liberalismo clássico – ainda que excluísse (a meu ver, bem) da razão pública, e portanto do domínio coercivo do Estado, uma concepção de vida boa, em sentido forte – conservava mesmo assim recursos cognitivos e morais que o imunizavam contra esse relativismo. Contudo, o liberalismo contemporâneo terá resvalado gradualmente para o nihilismo. E é difícil não ver que esse relativismo tem consequências demolidoras para o edifício civilizacional do Ocidente, quer ao nível intelectual quer ao nível anímico. A ideia de que todos os sistemas de valores, regimes e modos de vida são, no fundo, moralmente equivalentes, retira sentido e entidade à questão da dignidade da pessoa e à busca de uma convivência política conforme a essa dignidade, socavando as próprias fundações do Estado de Direito.

É certo que poucos se atrevem a questionar a primazia universal da dignidade humana e dos direitos humanos básicos. No entanto, essas expressões correspondem hoje a um palavreado vazio, apropriável por todos. De acordo com Ratzinger, a questão radicaria em que a fundamentação do valor humano deixou progressivamente de ser clara, ao longo do processo de secularização. A universalidade, incondicionalidade e indisponibilidade dos direitos humanos não se entendem por si mesmas. Exigiriam uma imagem do ser humano, uma opção moral e uma ideia de Direito que a desancoragem ao Criador – sob o Estado secular puro, baseado apenas na racionalidade e vontade dos cidadãos, recusando a acreditação e normatividade divinas, que poderiam até constituir um obstáculo ao bem-estar humano – teria obscurecido decisivamente.<sup>16</sup>

É verdade que a fundamentação da dignidade da pessoa e dos seus direitos é uma questão decisiva na teoria política contemporânea preocupada com a justiça e com a legitimidade. Como exemplos notáveis, John Rawls e Jürgen Habermas protagonizaram tentativas estrénuas de fugir ao relativismo, procurando apresentar uma justificação política autónoma e auto-referencial dos direitos fundamentais, supostamente aceitável por todos os cidadãos razoáveis. A “razoabilidade” de Rawls ou a “racionalidade comunicativa” de Habermas – a partir de uma “posição original” ou de uma “situação de discurso ideal”, respectivamente, – dispensariam o recurso a doutrinas “compreensivas”, a crenças éticas ou metafísicas pré-políticas, ou a qualquer fundamento sacral,

sem abandonar uma pretensão normativa. Contudo, é interessante notar a advertência de Habermas quanto ao facto de que as noções de *pessoa* e de *razoável*, segundo Rawls, não são afinal insuláveis de uma particular concepção de bem e de verdade, como este último presumia ou pretendia;<sup>17</sup> ao que Rawls, por seu turno, retorquiu defendendo que a perspectiva habermasiana não é assim tão estritamente procedimental como reclamava o filósofo alemão.<sup>18</sup> Isto é sugestivo quer dos



**A ideia de que todos os sistemas de valores, regimes e modos de vida são, no fundo, moralmente equivalentes, retira sentido e entidade à questão da dignidade da pessoa e à busca de uma convivência política conforme a essa dignidade**

limites das abordagens excessivamente abstractas e formais no processo de densificação material dos direitos, quer da impossibilidade de neutralidade moral na política.

A distinção entre o que pertence ao âmbito privado e o que corresponde à razão pública ou à esfera pública é possível (embora não completamente) e necessária (nomeadamente para circunscrever o poder coercivo).<sup>19</sup> Mas não exclui a exigência – num Estado de Direito – de uma certa ideia sobre a natureza da sociedade e sobre o valor da pessoa humana: a sua dignidade inviolável, a sua liberdade, a sua consciência, a sua responsabilidade e, de algum modo, os seus fins e o seu bem, que são o alicerce último dos seus direitos e dos seus deveres.

Faltando isso, o que restaria agora da nossa civilização, no fim de tudo? Um *modus vivendi* feito de progresso técnico, consumo e diversão, em troca do qual o Ocidente teria

rendido a alma ao diabo, como fizera o Fausto que Spengler (como Goethe ou Thomas Mann, entre muitos outros) tomou como símbolo literário da nossa cultura?

**«CIVILIZATIONS DIE FROM SUICIDE, NOT BY MURDER»**

Em resposta a *The Clash of Civilizations* de Huntington, James Kurth sustentou que a grande clivagem, a fractura civilizacional verdadeiramente relevante, não seria entre o Ocidente e inimigos externos – “*the West and the rest*” – mas, antes, teria lugar no seio do nosso próprio continente cultural, entre a visão judaico-cristã e o secularismo liberal.<sup>20</sup> Assim, o nosso problema consistiria basicamente numa laceração interna, numa *guerra civil*, sendo que a vitória do segundo provocaria uma implosão, um suicídio civilizacional, conforme sugerido na epígrafe acima (atribuída a Toynbee).

No âmbito dessa luta pela alma do Ocidente, uma das principais e mais encarniçadas batalhas trava-se no campo do casamento, da família e da dualidade sexual. A família é um dos pilares de uma sociedade decente. Não é uma mera “instituição intermédia”, resultante da convenção e da liberdade contratual dos indivíduos, com vista à gratificação sentimental e sexual mútua, à la carte: é algo mais originário, fundado na natureza, na razão e na experiência humana mais básica, e reconhecida milenarmente como célula elementar da sociedade. A legalização do casamento entre pessoas de mesmo sexo é o assalto final da família, esse obstáculo irreduzível para os “engenheiros sociais” de todos os tempos, a base da nossa humanidade (que se quer, de uma vez por todas, *superar*), o último reduto da liberdade e barreira contra a anomia e alienação. Daí que a “guerra contra a família” seja prioritária na agenda das ideologias totalitárias, de Platão aos dias de hoje. Entrementes, a fidelidade conjugal é desprezada (quando não escarnejada); as pessoas “juntam-se” mas não se querem casar (excepto aquelas que se querem casar com outras do mesmo sexo); e a paternidade e maternidade não são socialmente valorizadas (excepto se forem “de aluguer”, ou de processamento in vitro), e menos ainda entendidas como um dom. Entretanto, o processo de dissolução sexual forçada continua. A título de exemplo, basta lembrar o debate (e legislação), nos EUA, acerca da possibilidade das pessoas usarem as casas de banho – de homens ou mulheres – de acordo com o que escolhem ou sentem ser o seu género, independentemente do seu sexo. Ou ainda a ideia *bizantina* (com *turcos* e *bárbaros* à porta...), no Canadá, de impor aos professores

que tratem os seus alunos utilizando novos pronomes pessoais “gender-neutral” – como *thon, híz e hízer, ne e nír, ze e zír, e xe e xyr* em vez de *his e hers, him e her, he e she...* – quando solicitado pelos próprios (de acordo com o género que eles preferem ou imaginam ser o seu, mais uma vez),<sup>21</sup> tanto mais que o Facebook reconhece – segundo dizem – cinquenta ou sessenta identidades de género...

Com tudo isto, a nossa civilização exhibe de si própria uma imagem decadente e esdrúxula que não passa despercebida do outro lado (o Oriente): uma sociedade exausta e impotente; que não se reproduz, porque as crianças são mais peso do que esperança; em que as pessoas não sabem quem são os seus pais (como no *Admirável Mundo Novo*); que não distingue entre bem e mal, entre sagrado e profano, entre homens e mulheres, entre casamento e outras formas de parceria sexual; e que gosta da morte e recusa o futuro, seja pela sua obsessão com o aborto e a eutanásia, seja por secar as fontes da vida. Sem equipamento moral e espiritual, como pode o Ocidente fazer face?

Na sequência do massacre de Manchester perpetrado por Salman Abedi em Maio passado, Teresa May afirmou que «através das suas acções, eles [o povo de Manchester] provaram que a cobardia será sempre derrotada pela bravura, que o mal pode ser vencido pelo bem, e que os nossos valores – os valores britânicos, liberais e pluralistas – sempre prevalecerão sobre a odiosa ideologia dos terroristas».<sup>22</sup> Mas isto só será assim, ou só continuará assim, se o «povo de Manchester» considerar que a distinção entre o «bem» e o «mal» não é arbitrária; se os valores do «pluralismo» e da «tolerância» corresponderem ao direito moral de cada um – baseado na dignidade humana – de procurar a verdade, sem coacção; se, por essa razão, isso implicar o respeito por todas as pessoas, independentemente da sua religião; e se a liberdade e a auto-determinação dos indivíduos forem reconhecidas como condição necessária (embora não suficiente) para o agir moral autêntico – escolher o bem porque é bom.<sup>23</sup> Se não for assim, se forem expressão de que todos os valores são moralmente equivalentes (afinal, “quem somos nós para julgar?”...<sup>24</sup>), não estou a ver o povo de Manchester a resistir ao islamismo, em nome da «diversidade», do mesmo modo que resistiu outrora a agressores injustos, em nome de Deus, da pátria, da família e da honra, causas por que valia a pena lutar e morrer.<sup>25</sup> Ou, no extremo oposto, não estou a vê-lo a inibir-se de agredir indiscriminadamente os seus vizinhos muçulmanos, sem causa justa (o que é outra forma de capitulação).

Por outro lado, não estou certo de que seja apropriada a imputação de «cobardia» aos combatentes islâmicos, feita por Teresa May. Não é esse o problema deles. Afinal, eles são capazes de morrer corajosamente pela sua causa. O problema deles consiste em que são capazes de matar inocentes pela sua causa e que a sua causa não é justa. E o nosso problema é que duvidamos que haja causas “justas por natureza”. Nesse caso, por que há-de lutar o povo de Manchester (ou o de Londres, Madrid e Barcelona, Paris e Nice, ou Nova Iorque), se houver um meio mais expedito de salvar a pele? A coragem pressupõe algo pelo qual é razoável sacrificar o conforto, a segurança ou mesmo a vida. Se todos os valores forem meras preferências moralmente equivalentes, será irracional abdicar de bens imediatos, fáceis, úteis e deleitáveis, em troca de conceitos abstractos como liberdade, pátria ou dignidade. O relativismo enfraquece a coragem, uma vez que socava as boas razões que a justificariam — alegando que não têm fundamento objectivo — e impede distinguir nobreza e independência de abjecção e servidão. Por outro lado, quando não há razões substanciais — quando não há verdade ou valores objectivos —, prevalece a vontade de poder e o poder da vontade arbitrária: uma vontade forte e intensa (como a que sustenta o islamismo e os totalitarismos) e o apelo a valores transcendentais (mesmo que falsos) acabam por preponderar sobre uma vontade fraca e hesitante, sobre as meras *preferências* e valores transientes de um liberalismo agnóstico das suas próprias razões. Alguns muçulmanos ainda chamam “cruzados” aos ocidentais, mas na verdade eles sabem bem que a cruz de Cristo já não é emblemática da nossa civilização.

**«C’EST LE DESPOTISME QUI PEUT SE PASSER DE LA FOI, MAIS ON LA LIBERTÉ»**

A Tocqueville, o cristianismo parecia ser o que dava consistência à frágil construção de uma comunidade de indivíduos livres num ordenamento democrático e livre. Antes, John Adams dissera algo semelhante: «não temos um governo armado com o poder capaz de lutar contra as paixões humanas não refreadas pela moralidade e religião. A avareza, a ambição, a vingança ou a adulação quebrariam os cabos mais fortes de nossa Constituição, tal como uma baleia passa por uma rede. A nossa Constituição foi feita apenas para um povo moral e religioso. É totalmente inadequado para o governo de qualquer outro».<sup>26</sup> É verdade que o cristianismo não é uma ideia ocidental (aliás, não é sequer fundamentalmente uma ideia); que nenhuma civilização ou sistema político

podem chamar-se propriamente cristãos (e menos ainda reclamar o exclusivo desse epíteto); e que a Cidade de Deus não é deste mundo. De resto, o cristianismo apresenta-se essencialmente como mensagem e caminho de salvação, e não como “baluarte da civilização” e garante da ordem social. Mas pode registar-se que durante séculos essa fé impregnou beneficamente a cultura, costumes e instituições do Ocidente. E pode também reconhecer-se uma afinidade congénita na valorização da dignidade pessoal – da liberdade e da razão, da consciência individual, da igualdade essencial... – entre a mundividência judaico-cristã e a democracia liberal, à qual aquela proporciona o arcabouço de valores e virtudes, como foi atrás sugerido.

Contudo, a nossa civilização já não é habitada pelo «povo moral e religioso» de que falava Adams. Do ponto de vista cristão, a cultura hoje dominante constitui um território poluído e hostil (como em certo sentido sempre foi). Na última linha de *After Virtue*, MacIntyre suspirava pelo advento de um novo S. Bento: «we are waiting (...) for another (...) St. Benedict». Esta alusão foi o ponto de partida para uma discussão recente sobre qual deve ser, no contexto actual, a “opção cristã”: procurar sarar e revitalizar um mundo doente ou, em alternativa, sair dele?<sup>27</sup> Inspirada na irradiação civilizadora dos mosteiros beneditinos dos séculos VI e seguintes, a chamada “Benedict Option” parte do pressuposto de que o ar contaminado do nosso século – a atmosfera cultural, saturada de materialismo e nihilismo – já não é respirável, nomeadamente pelas crianças, sugerindo o abandono do espaço público e uma retirada estratégica para «comunidades» onde os verdadeiros bens humanos possam ser perseguidos e disponham de oxigénio para florescer. Esta opção não é inteiramente descartável mas, no limite, poderá degenerar num enquistamento defensivo e desistente, eventualmente vulnerável ao farisaísmo e à crispação. Esta “opção” poderia talvez ser ajustada (de modo preferível, a meu ver) se tomássemos como modelo uma época ainda mais remota e original – a dos primeiros cristãos – frente a uma cultura ainda mais adversarial. Um modelo em que os indivíduos e as famílias – a partir de *comunidades* abertas, mais ou menos informais, no seio das quais se formam, amadurecem e fortalecem –, assumem plenamente os seus deveres e direitos cidadãos, por sua conta e risco, sem fugir do mundo, participando de acordo com as suas capacidades e condições nas diversas instituições sociais – na política, na economia, no desporto, no ensino, nos hospitais, nos *media*, no *show biz*...-, apesar

## ENSAIO // O INVERNO DO OCIDENTE CRISTÃO?

de todas as imperfeições, tentações e perseguições;<sup>28</sup> e assim, possam ser «luz do mundo», como lhes recomendou o seu Senhor, sem se esconder «debaixo do alqueire» (Mt 5, 13).

### «TIS NOT TOO LATE TO SEEK A NEWER WORLD»

Procurar um mundo novo (e perfeito) não é uma boa ideia: em geral, é imprudente e perigoso para o mundo. A nostalgia do mundo velho (e perfeito) não é alternativa. Manter o *status quo* também não satisfaz. É preciso desejar um mundo um bocadinho melhor. Vivemos num tempo dramático, é verdade, e o avanço do nihilismo justifica alarme. Mas é o *nosso* tempo, também tem aspectos positivos, e seria ilusório pretender regressar ao passado (como no *Midnight in Paris* de Woody Allen...).

Num discurso em Paris,<sup>29</sup> outro Bento – o XVI – revisitando a experiência daquele de quem tomou o nome, recordou que o monaquismo – ante a confusão dos tempos e a ruína dos velhos sistemas e certezas – não pretendia criar uma nova cultura, nem mesmo preservar a cultura do passado. A sua verdadeira intenção era bem mais elementar e essencial. Era simplesmente quaerere Deum: buscar Deus; empenhar-se por encontrar aquilo que sempre permanece e vale a pena. Mas, «por acréscimo», não podia deixar de marcar profundamente a sociedade. E isto mantém a sua actualidade, não exigindo adesão ao modelo claustral da “Benedict Option”, para aqueles que não temos essa vocação.

Ao contrário de Spengler, Toynbee não via o futuro das civilizações como estando já

escrito, mas como algo aberto e condicional, dependente das suas respostas aos desafios que enfrentassem, e enfatizando o papel decisivo das minorias criativas e energéticas nessas soluções. Para terminar, talvez possamos acolher essa inspiração. O futuro é também feito das nossas escolhas, acções, omissões e interacções. Não há dúvida que somos minoria, do qual não devemos ter ilusões, nem vergonha, nem orgulho (sem quaisquer pretensões de casta ou de pureza intelectual e moral, conscientes de que somos «vasos de argila» (2 Cor 4, 7)). Mas, de acordo com a parábola evangélica, talvez a minoria cristã possa actuar humildemente como fermento na massa e “melhorar o mundo”. Entretanto, como dizia Churchill algures, «be kind but be fierce»: sejamos ferozes nos argumentos e gentis para com as pessoas. ■

### NOTAS

1 Cf. Adrian Goldsworthy, *O Fim do Império Romano*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 13 ss. e 519 ss. Ver também Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History*, London: Pan Books, 2005, pp. 431 ss.

2 Ver João Carlos Espada, “O Ocidente em questão”, *Observador*, 9/6/2017, disponível em: <http://observador.pt/opiniao/o-ocidente-em-questao/> (2017-07-20).com referência aos livros de Bill Emmot, *The Fate of the West: The Battle to Save the World's Most Successful Idea* (Economist Books), Edward Luce, *The Retreat of Western Liberalism* (Atlantic Monthly Press), e Douglas Murray, *The Strange Death of Europe: Immigration, Identity, Islam* (Bloomsbury). Na última edição do Estoril Political Forum sob o tema “Defendendo a Tradição Ocidental da Liberdade sob a Lei”, tratou-se também do mesmo assunto.

3 Cf. The Prague Appeal for Democratic Renewal, May 26, 2017, disponível em: <http://www.forum2000.cz/en/coalition-for-democratic-renewal> (2017-07-19).

4 Cf. Henri-Irénée Marrou, “Échec de toute civilisation”, in *Théologie de l'histoire*, Paris: Éditions du Seuil, 1968, p. 176.

5 Cf. Arnold Toynbee, *A Study of History* (1934–1961), citado por Joseph Ratzinger, “The Spiritual Roots of Europe: Yesterday, Today and Tomorrow”, in Joseph Ratzinger and Marcello Pera, *Without Roots: The West, Relativism, Christianity, Islam*, New York: Basic Books, 2006, p. 65.

6 Para além das grandes visões meta-históricas de Spengler e Toynbee, podemos destacar, nos últimos anos, *The Rise and Fall of the Great Powers*, de Paul Kennedy (1987); *The Wealth and Poverty of Nations*, de David Landes (1998); *Why Nations Fail*, de Daron Acemoglu e James A. Robinson (2012); e *The Great Degeneration*, de Niall Ferguson (2013).

7 Cf. Niall Ferguson, *The Great Degeneration*, London: Penguin Books, 2013, pp. 11 ss.

8 Itálico meu.

9 Cf. Karl Popper, “A História do nosso Tempo: Visão de um Optimista” in *Conjecturas e Refutações*, Coimbra: Almedina, 2003, pp. 491–492 (itálico no original).

10 Ibidem.

11 Cf. Max Weber, *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*, New York: Scribner, 1930, p. 13, citado por Marcello Pera, “Relativism, Christianity, and the West”, in *Without Roots*, p. 1.

12 Cf. Marcello Pera, *ibidem*, pp. 1–2.

13 Cf. Leo Strauss, “Progress or Return”, in *An Introduction to Political Philosophy*, Detroit: Wayne State University Press, 1989, pp. 265 ss.

14 Cf. Pierre Manent, *La raison des nations: Réflexions sur la démocratie en Europe*, Paris: Galilée, 2006, p. 17.

15 Cf. Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, New York: Simon & Schuster, 1998, p. 310.

16 Joseph Ratzinger, “The Spiritual Roots of Europe”, *op. cit.*, pp. 74–75.

17 Ver Jürgen Habermas, “Reconciliation through the public use of reason. Remarks on John Rawls's Political Liberalism”, *The Journal of Philosophy*, vol. 92, n.º 3, 1995, p. 126.

18 Cf. John Rawls, “Reply to Habermas”, *The Journal of Philosophy*, *ibidem*, pp. 170–174. Ver

também Raymond Plant, “Defending Liberal Values: a sketch of an argument”, *Estoril Political Forum 2017*, onde Plant não esconde o seu embaraço perante questões semelhantes.

19 Isto recorda o *dictum* de Böckenförde (em 1967): o Estado liberal secular vive de recursos morais que não pode criar ou garantir por si próprio; necessita de pressupostos normativos não contratuais e pré-políticos, que não são fruto do processo de deliberação democrática mas que o tornam possível. A liberdade, o direito a instituições políticas liberais, bem como a autonomia individual, o pluralismo ou a tolerância são alimentados por antigas e fortes convicções e visões compreensivas.

20 Cf. James Kurth, “The Real Clash”, *National Interest*, Fall 1994, citado por Robert P. George, *Choque de Ortodoxias. Direito, Religião e Moral em Crise*, Coimbra: Tenacitas, 2008, pp. 27–28.

21 Cf. John Paul Meenan, “The New Totalitarian Laws of Canada”, *Crisis Magazine*, July 13, 2017. Disponível em: <http://www.crisismagazine.com/2017/totalitarian-laws-canada> (2017-07-19).

22 “Full statement of UK Prime Minister Theresa May raising threat level”. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2017/05/23/europe/uk-pm-theresa-may-full-statement-raising-threat-level/index.html> (2017-07-27).

23 De algum modo, podemos dizer que, politicamente, o primado da liberdade tem um sentido basicamente negativo (de não interferência na esfera individual legítima), associado à incapacidade do Estado – ou seja, de pessoas tão falíveis como quaisquer outras, mas munidas do poder de coerção – de poder decidir sobre o bem dos cidadãos melhor do que os próprios o fariam, e à relutância em lhe confiar o tremendo poder de o fazer. Do ponto de vista pessoal e social, contudo, o valor da liberdade não pode deixar de ser sobretudo positivo: decorre da bondade dos seus fins.

24 De facto, não podemos julgar as pessoas – porque só Deus tem acesso ao seu coração – mas é possível julgar objectivamente os seus actos e ideias.

25 Ver William Kilpatrick, “Why the Odds Favor Islam”, *Crisis Magazine*, June 12, 2017. Disponível em: <http://www.crisismagazine.com/2017/odds-favor-islam> (2017-07-23).

26 Cf. John Adams, *From John Adams to Massachusetts Militia*, 11 October 1798. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Adams/99-02-02-3102> (2017-07-20).

27 Ver Rod Dreher, *The Benedict Option: A Strategy for Christians in a Post-Christian Nation* (Sentinel); Anthony Esolen, *Out of the Ashes: Rebuilding American Culture* (Regnery Publishing); e Charles J. Chaput, *Strangers in a Strange Land: Living the Catholic Faith in a Post-Christian World* (Henry Holt and Co.), todos editados em 2017.

28 Ver Austin Ruse, “The Escrava Option: An Alternative to St. Benedict”, *Crisis Magazine*, July 24, 2015. Disponível em: <http://www.crisismagazine.com/2015/the-escrava-option> (2017-07-24). Existem obviamente muitas “opções” cristãs, todas legítimas. Em particular, Dreher refere-se ao monumental *A Secular Age* (2007) de Charles Taylor. Embora com alguma ambiguidade, o filósofo canadiano adopta uma visão mais moderna – talvez acriticamente *aggiornata* –, mais comprometida com o processo de secularização, que vê como embutida na contemporaneidade de modo inescapável. Em qualquer caso, a secularização é complexa e matizável, e existe seguramente um secularismo “bem entendido”.

29 Bento XVI, *Encontro com o Mundo da Cultura no Collège des Bernardins*, 12 de Setembro de 2008. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/sep-tember/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20080912\\_pari-gi-cultura.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/sep-tember/documents/hf_ben-xvi_spe_20080912_pari-gi-cultura.html) (2017-08-26).